



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto, e considerando ainda o Processo nº 23243.001970/2012-17,

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Porto Velho Zona Norte*, anexo a esta Resolução.

Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Projeto aprovado pela Resolução nº 45/2012/CONSUP/IFRO.

PORTO VELHO/RO
2012

SUMÁRIO

1	<u>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</u>	8
1.1	<u>DADOS DA INSTITUIÇÃO</u>	8
1.2	<u>DADOS DA UNIDADE DE ENSINO</u>	8
1.3	<u>CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO</u>	8
1.4	<u>HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO</u>	9
1.4.1	<u>Histórico do Câmpus Porto Velho Zona Norte</u>	10
1.5	<u>ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO</u>	11
2	<u>APRESENTAÇÃO</u>	12
2.1	<u>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>	12
2.2	<u>EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO</u>	12
2.3	<u>DADOS DA COORDENADORA DO CURSO</u>	13
2.4	<u>TOTAL DE VAGAS</u>	13
2.5	<u>JUSTIFICATIVA</u>	13
2.6	<u>OBJETIVOS</u>	15
2.6.1	<u>Geral</u>	16
2.6.2	<u>Específicos</u>	16
2.7	<u>PÚBLICO-ALVO</u>	16
2.7.1	<u>Forma de ingresso</u>	17
2.8	<u>PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO</u>	17
3	<u>ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR</u>	19
3.1	<u>CONCEPÇÃO METODOLÓGICA</u>	19
3.2	<u>MATRIZ CURRICULAR</u>	20
3.2.1	<u>Fluxograma</u>	22
3.3	<u>PLANOS DE DISCIPLINA</u>	23
3.5	<u>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</u>	24
3.6	<u>AVALIAÇÃO</u>	24
3.6.1	<u>Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem</u>	24
3.6.2	<u>Avaliação do Curso</u>	25
3.7.1	<u>Estágio</u>	26
3.7.2	<u>Trabalhos de Conclusão de Curso</u>	26
3.8	<u>POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</u>	27
3.8.1	<u>Política de Articulação com Empresas</u>	27

3.9	<u>CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS</u>	27
3.10	<u>CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO</u>	28
4	<u>EQUIPE DE PROFESSORES</u>	29
4.1	<u>REQUISITOS DE FORMAÇÃO</u>	29
4.2	<u>EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO</u>	30
4.3	<u>POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO</u>	31
5	<u>ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA</u>	32
5.1	<u>COORDENAÇÃO DO CURSO</u>	32
5.2	<u>COLEGIADO</u>	32
5.3	<u>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</u>	33
6	<u>SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</u>	34
6.1	<u>DIRETORIA DE ENSINO</u>	34
6.2	<u>DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO</u>	35
6.2.1	<u>Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade</u>	36
6.2.2	<u>Coordenação de Formação Inicial e Continuada</u>	36
6.3	<u>DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO</u>	36
6.3.1	<u>Coordenação de Pesquisa e Inovação</u>	36
6.4	<u>SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</u>	37
7	<u>INFRAESTRUTURA</u>	38
7.1	<u>INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS</u>	38
7.1.1	<u>Distribuição do Espaço Físico</u>	38
7.1.2	<u>Recursos Materiais</u>	39
7.1.3	<u>Plano de Expansão da Estrutura Física</u>	39
7.2	<u>INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS</u>	40
7.3	<u>INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA</u>	40
7.3.1	<u>Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos</u>	40
7.4	<u>BIBLIOTECA</u>	41
7.4.1	<u>Espaço Físico da Biblioteca</u>	41
7.4.2	<u>Serviços Oferecidos na Biblioteca</u>	41
7.4.3	<u>Horário de Funcionamento da Biblioteca</u>	42
7.4.4	<u>Mecanismo e Periodicidade de Renovação do Acervo</u>	42
8	<u>EMBASAMENTO LEGAL</u>	43
8.1	<u>DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL</u>	43

8.2	<u>NORMATIVAS INTERNAS</u>	43
	<u>REFERÊNCIAS</u>	45
	<u>APÊNDICE 1: PLANOS DE DISCIPLINA</u>	46
	<u>PRIMEIRO PERÍODO</u>	47
	<u>Fundamentos das Ciências Sociais</u>	47
	<u>Fundamentos das Ciências Políticas</u>	47
	<u>Teorias das organizações</u>	48
	<u>Comunicação e Linguagem</u>	48
	<u>Matemática Básica e Aplicada</u>	49
	<u>Informática Básica</u>	50
	<u>Introdução a Contabilidade</u>	50
	<u>SEGUNDO PERÍODO</u>	51
	<u>Direito Constitucional</u>	51
	<u>Políticas Públicas</u>	51
	<u>Procedimentos Administrativos na Gestão Pública</u>	52
	<u>Comportamento Organizacional</u>	52
	<u>Metodologia da Pesquisa Científica</u>	53
	<u>Matemática Financeira</u>	54
	<u>TERCEIRO PERÍODO</u>	55
	<u>Direito Administrativo</u>	55
	<u>Gestão Orçamentária e Financeira</u>	55
	<u>Sistema de Informação Gerencial</u>	56
	<u>Elaboração e Gestão de Projetos</u>	56
	<u>Licitações, contrato e convênios</u>	57
	<u>Estatística Aplicada</u>	58
	<u>QUARTO PERÍODO</u>	59
	<u>Gestão Patrimonial e Logística</u>	59
	<u>Contabilidade Pública</u>	59
	<u>Introdução à Economia</u>	60
	<u>Planejamento e Gestão Estratégica</u>	60
	<u>Gestão Pública e Desenvolvimento Regional</u>	61
	<u>Gestão de pessoas</u>	61
	<u>QUINTO PERÍODO</u>	63
	<u>Auditoria Pública</u>	63

<u>Marketing do Serviço Público</u>	63
<u>Qualidade do Atendimento no Serviço Público</u>	64
<u>Ética na Gestão Pública</u>	64
<u>Tendências Contemporâneas em Gestão Pública</u>	65
<u>Gestão Ambiental e Responsabilidade Social</u>	65
<u>ANEXO 1: QUADRO DE DOCENTES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</u>	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O que os gerentes públicos necessitam conhecer com urgência.....	21
<u>Quadro 2. Matriz curricular</u>	21
<u>Quadro 3. Requisitos de formação por disciplina</u>	29
<u>Quadro 4. Índices de titularidade dos docentes</u>	30
<u>Quadro 5: Núcleo Docente Estruturante (NDE)</u>	33
<u>Quadro 6: Titulação (maior) proporcional dos membros do NDE</u>	33
<u>Quadro 7: Estrutura física básica do câmpus Porto Velho Zona Norte</u>	38
<u>Quadro 8: Recursos de hipermídia para uso dos docentes e discentes</u>	39
<u>Quadro 9. Especificações dos laboratórios de informática</u>	40

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA				
CNPJ:	10.817.343-0001-05				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-9600	Fax:	(69) 2182-9620		
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br				

Reitor: Raimundo Vicente Jimenez

Pró-Reitora de Ensino: Silvana Francescon Wandroski

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Artur de Souza Moret

Pró-Reitora de Extensão: Marilise Doege Esteves

Pró-Reitor de Planejamento e Administração: Arijon Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Jackson Bezerra Nunes

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia — Câmpus Porto Velho Zona Norte				
CNPJ:	10.817.343/0007-42				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8916	Fax:			
E-mail:	campusportovelhozonaorte@ifro.edu.br				

1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

Dirigente Principal da Instituição de Ensino					
Cargo:	Diretor-Geral do Câmpus				
Nome:	Miguel Fabrício Zamberlan				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8916	Fax:			
E-mail:	miguel.zamberlan@ifro.edu.br				
Currículo:	http://lattes.cnpq.br/8065780652368675				

Diretor de Ensino					
Cargo:	Diretor de Ensino				
Nome:	Jamil Calazans Salim Filho				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146 – Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8916	Fax:			
E-mail:	jamil.calazans@ifro.edu.br				
Currículo:	http://lattes.cnpq.br/7859460158631711				

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica Federal de Colorado foi implantada;
- 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- 2008: autorização de funcionamento da Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 707, de 9/6/2008, e criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO; início da construção do Câmpus Porto Velho – Calama.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus Câmpus e de sua rede. No segundo semestre de 2012, a configuração é esta: uma Reitoria; sete Câmpus implantados (Porto Velho — Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste); e um Câmpus em implantação (Guajará-Mirim).

1.4.1 Histórico do Câmpus Porto Velho Zona Norte

O Câmpus Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como Câmpus Avançado pela Portaria 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do Câmpus oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo Câmpus que surgira.

Após sua conversão de Unidade Avançada para Regular, o Câmpus assumiu toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EAD nos Câmpus e Polos Regionais do IFRO, que antes ficava a cargo da Diretoria de Educação a Distância da Pró-Reitoria de Ensino. Conta com um estúdio de gravação e transmissão de áudio e vídeo, uma antena com canal próprio de televisão capaz de atender toda a América Latina e outras regiões, um laboratório móvel concedido pela Rede e-Tec Brasil e outros recursos para consolidação de suas propostas.

A Unidade atenderá a cursos presenciais também, mas sua vocação é para a Educação a Distância. Em 2012, vem atendendo a nove municípios, com os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística e Segurança do Trabalho, além daqueles do Programa Profucionário, que são Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar, atendendo a mais de 4.000 alunos. Todos estes vêm sendo ofertados desde 2011 em parceria com o Instituto Federal do Paraná, a quem compete transmitir as aulas. A Coordenação-Geral da Rede e-Tec Brasil, por meio da qual estes cursos são executados, está agora a cargo do Câmpus, com planejamentos para a expansão e interiorização do ensino técnico a distância no estado de Rondônia.

Com dois Cursos Subsequentes ao Ensino Médio, próprios, para início no primeiro semestre de 2013 — Informática para Internet e Finanças —, estes em regime presencial e na

modalidade distância, a expectativa de ampliação de atendimento ao Profuncionário e a implantação deste Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o Câmpus Porto Velho Zona Norte inicia suas atividades com um importante potencial de atendimento à região.

1.5 ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Rondônia oferece uma educação verticalizada, a partir de cursos voltados para a educação profissional técnica de nível médio até a pós-graduação. Há também os cursos de extensão e de formação inicial e continuada que, que têm como público-alvo as comunidades interna e externa.

Com o incremento de sua infraestrutura e quadro de pessoal, já estão programados cursos de Mestrado em parceria com outras instituições, na forma de *Minter*, bem como é prevista a certificação de conhecimentos prévios de trabalhadores.

Na busca pelo desenvolvimento tecnológico e pela difusão de conhecimentos científicos, o IFRO promove, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional, científica e tecnológica, a pesquisa e a extensão, articuladas ao mundo do trabalho.

Uma das estratégias utilizadas pelo IFRO para atender a demandas regionais e expandir sua oferta é a educação a distância, conforme incentiva o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 1996, tendo em vista que no estado ainda são poucas as oportunidades de formação profissional diversificada.

Dentre as atividades mencionadas acima, o IFRO também realiza assessorias, visitas técnicas e desenvolve projetos de caráter tecnológico, objetivando a inovação nas áreas de vocação de cada Câmpus.

2 APRESENTAÇÃO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- a) Nome: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;
- b) Modalidade de ensino: Educação Profissional e Tecnológica;
- c) Eixo tecnológico: Gestão e Negócios;
- d) Área de Conhecimento a que pertence: Ciências Sociais Aplicadas;
- e) Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública;
- f) Carga Horária: 2.520 horas;
- g) Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: Processo Seletivo Único e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- h) Distribuição de Vagas: 80 vagas anuais;
- i) Turno de Funcionamento: Noturno/presencial;
- j) Câmpus de Funcionamento: Porto Velho Zona Norte;
- k) Regime de Matrícula: Semestral, por disciplina;
- l) Prazo de Integralização do Curso: No mínimo 5 e no máximo 10 semestres.

3

3.1 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

A Comissão de Elaboração e Sistematização do projeto do curso, para atendimento ao Câmpus Porto Velho Zona Norte, foi instituída pela Portaria 17/2012/IFRO e composta pelos seguintes membros:

Nº	Nome	Titulação	Carga horária	Regime de Trabalho	Função
1	Ingrid Leticia Menezes Barbosa	Mestre	40	DE	Presidente
2	Ariadne Joseane Felix Quintela	Especialista	40	DE	Membro
3	Cristiano Polla Soares	Especialista	40	DE	Membro
4	Lady Day Pereira de Souza	Mestre	40	DE	Membro

A Comissão contou com a colaboração direta dos demais docentes e de técnicos administrativos em educação do Câmpus Porto Velho Zona Norte.

3.2 DADOS DA COORDENADORA DO CURSO

O curso será coordenado por uma professora bacharela em Administração, cujos dados de endereço são apresentados abaixo.

Nome:	Lady Day Pereira de Souza				
End.:	Av. Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8916	Fax:			
E-mail:	lady.souza@ifro.edu.br				
Currículo:	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020				

3.3 TOTAL DE VAGAS

O quantitativo de vagas será definido conforme as condições estruturais e a disponibilidade de profissionais no Câmpus. Há uma previsão de 40 vagas por semestre, de modo a totalizar 200 vagas ao longo do período mínimo de integralização do curso, que é de cinco semestres. O aumento ou redução de vagas se fará de forma fundamentada pela Direção-Geral do Câmpus à Reitoria.

3.4 JUSTIFICATIVA

O processo de globalização e participação ativa da sociedade na construção de políticas públicas impulsionou o crescimento e o aumento da demanda e procura por formação específica na área de Gestão Pública. O termo “Nova Gestão Pública”, cujo uso é crescente e recorrente na atualidade, surgiu a partir das mudanças socioeconômicas nos anos 70, contrapondo-se ao modelo burocrático da administração pública, sendo naquele momento ineficiente para lidar com as demandas da sociedade contemporânea (JUNQUILHO, 2010).

Dessa forma a gestão pública assumiu a função de maximizar e aperfeiçoar as questões relacionadas à esfera pública, logo “o gestor público tem a função de gerir, administrar de forma ética, técnica e transparente a coisa pública, quer sejam órgãos, departamentos ou políticas públicas, visando sempre o bem comum da sociedade a que se destina, e em consonância com as normas legais e administrativas vigentes” (WIKIPÉDIA, 2012). No exercício de tal função, alguns conhecimentos e habilidades são necessários para atuação do gestor público:

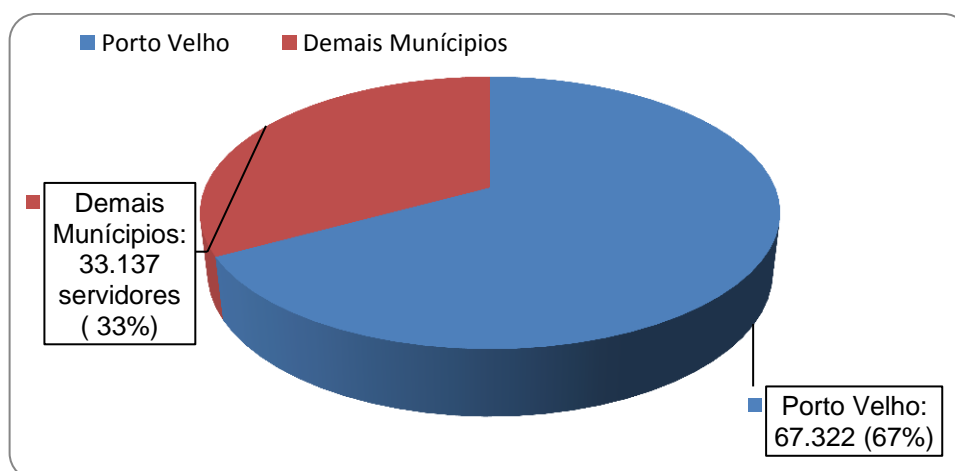
Quadro 1: O que os gerentes públicos necessitam conhecer com urgência

Conhecimentos de:	Habilidades em:
1. Direito constitucional	1. Planejamento estratégico
2. Ética	2. Mensuração de desempenho
3. A ética do serviço público	3. Monitoramento de contratos
4. Direito processual em gestão de recursos humanos e nas áreas substantivas relevantes	4. Utilização de dados sobre desempenho e avaliação para melhorar programas
5. Procedimentos de políticas de alocação de recursos	5. Prestação de contas sobre desempenho e dados
6. Instituições governamentais e econômicas	6. Administração financeira, inclusive atividades de cálculo de custos
7. Direito internacional	7. Envolvimento dos cidadãos
8. Política de grupos de interesse	8. Solução de conflitos e negociação
9. Modelagem econômica	9. Criação de consenso
10. Teoria da liderança e da gestão	10. Motivação e animação de pessoal
	11. Análise de problemas, inclusive técnicas de estatística e de custo-benefício

Fonte: Newcomer (1999, p. 12)

Buscou-se elaborar uma matriz curricular cujas disciplinas contemplassem essas competências abordadas pela autora, a fim de se propor um curso com soluções tecnológicas contextualizadas e próprias para o seu tempo e espaço. Com a expansão dos serviços públicos no Estado de Rondônia, mais precisamente na capital Porto Velho, é pungente a procura por qualificação em Gestão Pública, uma vez que o funcionalismo público do estado soma 100.459 pessoas (MTE, 2012), distribuídas nas três esferas e poderes, como também em autarquias, fundações, organizações autônomas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Daquele total, 67.322 atuam no município de Porto Velho, conforme representado no gráfico abaixo:

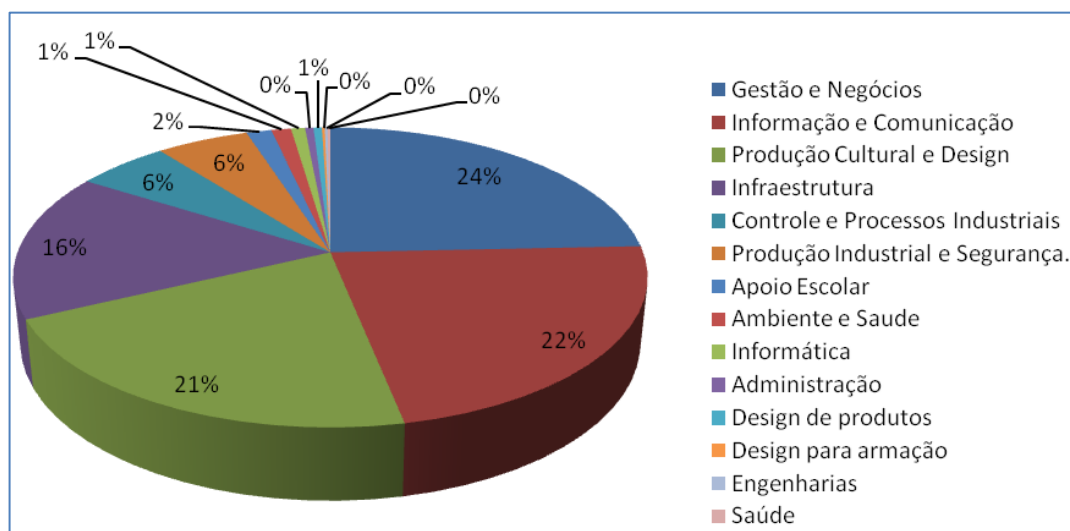
Gráfico 1: Quantitativo de servidores públicos no estado de Rondônia



Fonte: Câmpus Porto Velho Zona Norte (2012)

A Pesquisa de Atividade Econômica Regional (PAER) realizada pelo IFRO/Câmpus Porto Velho Zona Norte evidenciou que a opção por cursos inseridos no eixo tecnológico Gestão e Negócios é expressiva, conforme expressa o gráfico 2.

Gráfico 2: Demanda de interessados por Cursos Superiores de Tecnologia



Fonte: Relatório PAER/IFRO (2012)

Assim, optou-se pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em razão da grande demanda de servidores públicos que atuam na área, sem formação específica, e dos interesses manifestados por outras pessoas durante a Pesquisa realizada pelo IFRO.

3.5 OBJETIVOS

3.5.1 Geral

Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e competentes para atuarem em instituições públicas, a fim de planejarem, implantarem e gerenciarem programas e projetos de políticas públicas.

3.5.2 Específicos

- Preparar profissionais com conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento público;
- Construir competências de comunicação e relações interpessoais nos serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal.
- Desenvolver competências e técnicas gerenciais, proporcionando ao estudante visão ampla, sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas da gestão pública;
- Proporcionar o desenvolvimento do senso crítico em relação às questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os serviços da gestão pública.

3.6 PÚBLICO-ALVO

O Projeto tem como alvo prioritário a população do município de Porto Velho, bem como dos municípios e distritos circunvizinhos. Ao se inscreverem no processo seletivo, os candidatos preencherão um questionário para apresentação de dados socioeconômicos, que incluem, além de renda, algumas condições individuais — indicadoras de necessidades específicas, por exemplo. Os dados serão sistematizados pelo Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) e servirão para aprimorar o planejamento das ações relacionadas ao curso. Outros questionários do tipo poderão ser aplicados após o ingresso, para melhor delinear o perfil do aluno no curso.

Especificamente, há uma grande demanda de profissionais que trabalham nos serviços públicos e não possuem formação de nível superior ou formação específica para sua área de atuação.

3.6.1 Forma de ingresso

O ingresso de alunos no curso atenderá o que está disposto na Lei nº 12.711/12, que trata das novas condições de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ocorrerá por meio de uma das seguintes condições: a) após aprovação dos candidatos em processo seletivo único regulado por edital específico do IFRO; b) opcionalmente com o uso de reserva de vagas para aprovados no ENEM; c) ou, ainda, mediante apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino, também pública, que ofereça educação profissional, científica e tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO.

Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo Câmpus, sob autorização da Direção-Geral.

3.7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia prioriza a formação de profissionais que:

- constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional.
- tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos, na busca de novos conhecimentos.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estará apto a atuar em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal, e deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- a) desenvolver atividades centradas no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas;
- b) Adquirir conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, buscando a otimização da capacidade de governo.

- c) possuir habilidades nas relações interpessoais;
- d) apresentar uma visão ampla e sistêmica da gestão pública;
- e) ter como características indispensáveis a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança.

4 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

4.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O currículo deve ser visto como um espaço de significação que produz identidades sociais. Ao elaborar ou organizar uma proposta curricular, parte-se do princípio que sua construção precisa estar atrelada ao modo como se constrói o conhecimento. Marques (1992, p. 66) afirma que

o currículo é uma concepção de conhecimento como construção coletiva argumentativamente validada no mesmo plano de formação discursiva da vontade comum, em que se articulam os sujeitos políticos na palavra e na ação.

Nesta concepção de construção curricular associada à construção do conhecimento, Marques (1992, p. 66) diz ainda que:

[...] o currículo não é senão o processo dialogal continuado, em que se oportunizam, na construção/circulação dos saberes, as relações face a face e ouvido a ouvido nas quais homens convivem e ouvem uns aos outros, postos à escuta das vozes que os interpelam.

É neste sentido que a matriz curricular também se revela como uma forma de conversação sobre os modos de produção de significados trabalhados nos componentes curriculares específicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Pautando-se nessa concepção as metodologias de ensino buscam ações que promovam aprendizagens significativas, sintonizadas com os objetivos do curso, tornando necessário o estabelecimento da relação dialética entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Outrossim, serão realizadas atividades contextualizadas que propiciem a experimentação da prática ao longo do processo de formação. Para tal, serão utilizados recursos e estratégias pedagógicas tais como: vídeos, animações, simulações, *links*, atividades interativas com professores e alunos, biblioteca virtual, pesquisa na *Web* e outros, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento. São previstas ainda visitas técnicas a empresas públicas, para verificação *in loco* do desenvolvimento de trabalhos, estudos de caso, participação em eventos externos, realização de estágio e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

A metodologia caracteriza-se como expressão coletiva, e deve ser avaliada periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, segundo as orientações do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Serão realizadas avaliações sistemáticas anuais do projeto pedagógico, para observação de possível defasagem entre o perfil de conclusão do curso, os objetivos e a organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais.

A constituição do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pauta-se, ainda, na resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Atende ao parecer 436/2002, do Conselho Nacional de Educação, que integra a Resolução, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996.

4.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está organizada em disciplinas que se distribuem em 5 (cinco) semestres. São previstas, além das disciplinas, atividades acadêmicas, científicas e culturais e estágio supervisionado com carga horária inclusa no total de horas.

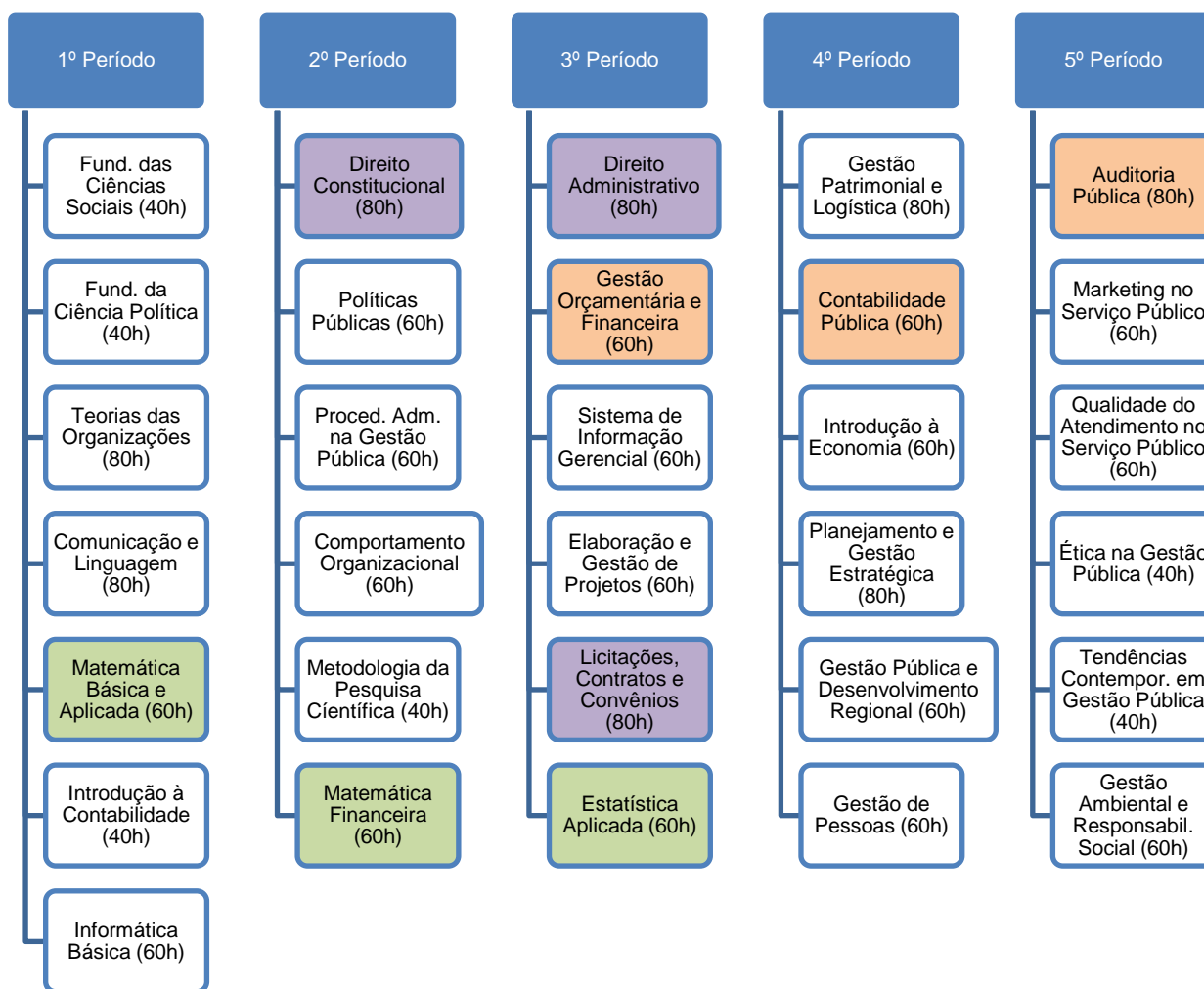
Quadro 2: Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA IFRO — CÂMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE Aprovada pela Resolução nº 45/2012 do Conselho Superior do IFRO Resolução 3/2002/CNE — Hora-aula de 50 minutos								
Períodos	Disciplinas	Códigos	Pré-Requisitos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio
1º	Fundamentos das Ciências Sociais	FCS	-	2	40	-	40	33
	Fundamentos da Ciência Política	FCP	-	2	40	-	40	33
	Teorias das Organizações	TO	-	4	80	-	80	66
	Comunicação e Linguagem	CL	-	4	80	-	80	66
	Matemática Básica e Aplicada	MBA	-	3	60	-	60	50
	Informática Básica	INFB	-	3	20	40	60	50
	Introdução à Contabilidade	IC	-	2	40	-	40	33
	Subtotal 1			-	20	360	40	400
2º	Direito Constitucional	DC	-	4	80	-	80	66
	Políticas Públicas	PP	-	3	60	-	60	50
	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública	PAGP	-	3	60	-	60	50
	Comportamento Organizacional	CO	-	3	60	-	60	50
	Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	-	4	80	-	80	66
	Matemática Financeira	MF	MBA	3	60	-	60	50
	Subtotal 2			-	20	400	-	400
3º	Direito Administrativo	DADM	DC	4	80	-	80	66
	Gestão Orçamentária e Financeira	GOF	-	3	60	-	60	50
	Sistema de Informação Gerencial	SIG	-	3	60	-	60	50
	Elaboração e Gestão de Projetos	EGPR	-	3	60	-	60	50
	Licitações, Contratos e Convênios	LCC	DC	4	80	-	80	66
	Estatística Aplicada	EA	MBA	3	60	-	60	50
	Subtotal 3				20	400		400
4º	Gestão Patrimonial e Logística	GPL	-	4	80	-	80	66
	Contabilidade Pública	CP	GOF	3	60	-	60	50
	Introdução à Economia	IE	-	3	60	-	60	50
	Planejamento e Gestão Estratégica	PGE	-	4	80	-	80	66
	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	GPDR	-	3	60	-	60	50
	Gestão de Pessoas	GP	-	3	60	-	60	50
	Subtotal 4			-	20	400	-	400
5º	Auditoria Pública	AP	CP	4	80	-	80	66
	Marketing no Serviço Público	MSP	-	3	60	-	60	50
	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	QASP	-	3	60	-	60	50
	Ética na Gestão Pública	EGP	-	2	40	-	40	33
	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	TCGP	-	2	40	-	40	33
	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	GARS	-	3	60	-	60	50
	Subtotal 5			-	17	340	-	340
Total da carga horária das disciplinas				97	1.900	40	1.940	1.609

Núcleo Complementar	Componentes	Códigos	Pré-Requisitos	Créditos	CH Teórica	CH Prática	Horas-Aula	Horas-Relógio
	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	-	5	40	60	100	83
	Atividades Complementares	AC	-	6	-	120	120	100
	Estágio Supervisionado	ES	-	18	-	360	360	300
	Subtotal 6	-	-	29	40	540	580	483
Total	-	-	126	1.940	580	2520	2.100*	

* A carga horária total apurada na conversão de hora-aula em hora-relógio foi considerada pela soma global dos tempos de cada componente, em vista de que os valores por semestre têm fracionamentos e impedem um resultado exato.

4.2.1 Fluxograma



Fonte: Câmpus Porto Velho Zona Norte/IFRO (2012)

** Aula dimensionada para 50 minutos.

As cores utilizadas no fluxograma denotam a interdependência entre as disciplinas Matemática Financeira e Estatística Aplicada, nesta ordem, com Matemática Básica e Aplicada, tendo-se esta como pré-requisito daquelas; da mesma forma a disciplina de Direito Administrativo e a de Licitações, Contratos e Convênios têm como pré-requisito Direito Constitucional; Contabilidade Pública exige previamente a conclusão de Gestão Orçamentária e Financeira e antecede Auditoria Pública.

4.3 PLANOS DE DISCIPLINA

Os planos de disciplina (Apêndice 1) são indicadores prévios do que deve constar nos planos de ensino, a serem apresentados antes do início dos períodos letivos, pelos professores, à Diretoria de Ensino, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação.

4.4 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência e tecnologia, cultura e formação profissional, pois dessa forma os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de projetos integradores. O curso tem por fim formar cidadãos plenos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, competentes para atuarem em instituições públicas, nas atividades de planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Para alcançar os objetivos propostos, as atividades deverão ser desenvolvidas de forma interdisciplinar.

Nesse processo de formação, é importante que o discente seja preparado para sua integração ao mundo do trabalho, tendo em vista sua atuação como profissional da área de Gestão Pública. Ou seja, serão desenvolvidas atividades por meio de projetos de pesquisa e extensão em instituições públicas, a fim de que o discente construa uma formação sólida e convergente com as tendências contemporâneas exigidas pela Nova Gestão pública.

Além disso, a fim de propiciar flexibilidade curricular, o curso admitirá matrícula especial de alunos advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção. Admitirá, ainda, matrícula de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em outros cursos do IFRO para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade

de cumprimento de currículo em tempo hábil, desde que os casos sejam admitidos pela Diretoria de Ensino, instruídos pela Coordenação do Curso e nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO.

4.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão implementadas e incrementadas durante todo o curso, como mecanismos de aproveitamento de conhecimentos já construídos pelo estudante. Elas se constituirão de estudos e práticas independentes realizadas pelos alunos, presenciais ou a distância, conforme previsão na Instrução Normativa 8/2011 da Pró-Reitoria de Ensino.

4.6 AVALIAÇÃO

4.6.1 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo de ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa. Deve ser utilizada como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB 9.394/96.

A avaliação deve ocorrer de forma diversificada, por meio de instrumentos e estratégias como os previstos abaixo:

- a) Autoavaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- b) Instrumentos avaliativos de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- c) Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos alunos sobre um determinado assunto);
- d) Trabalhos em grupo;
- e) Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos).

Para a avaliação da aprendizagem, deverão ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação, elaborados pelo professor. Este e demais

critérios estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação, que atende ainda, dentre outros, aos princípios relativos a notas e frequência.

4.6.2 Avaliação do Curso

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior propõe a integração da Avaliação Institucional e a Avaliação do Projeto do Curso com vistas à formação de profissionais-cidadãos, responsáveis e com capacidade para atuar em função de transformações sociais.

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso é realizada de acordo com os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação”. De acordo com esse contexto propõem-se três categorias de análise que subsidiarão a avaliação do projeto do curso:

- I - A organização didático-pedagógica proposta e implementada pela Instituição bem como os resultados e efeitos produzidos junto aos alunos;
- II - O perfil do corpo docente, corpo discente e corpo técnico, e a gestão acadêmica e administrativa praticada pela Instituição, tendo em vista os princípios definidos nas normativas da Rede Federal de Educação, em especial a LDB;
- III - As instalações físicas que comportam as ações pedagógicas previstas neste Projeto Pedagógico e em atendimento à previsão mínima do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Essa avaliação deverá obedecer ainda às orientações para avaliação de cursos, apresentada pela Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, da Pró-Reitoria de Ensino.

4.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional consiste numa importante estratégia para a efetivação do curso, por se tratar de uma área que requer intensiva vivência do formando nos locais próprios de sua atuação. Ela é realizada na forma de estágios e práticas complementares.

4.7.1 Estágio

O estágio consiste em uma prática profissional com vistas à construção de experiências bastante específicas na formação do cursista, vinculando-o, de forma direta, ao mundo do trabalho. Deverá ser realizado presencialmente, bem como é obrigatório, contemplando, no mínimo, 200 horas de duração; consiste em requisito para obtenção de diploma. Deverá ser realizado com atendimento à Lei 11.788/2008, que prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, neste caso, cumprindo os princípios da Orientação Normativa 7/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou a que estiver em vigor no momento.

As formas de realização do estágio deverão ser definidas conforme o Regulamento de Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Manual de Orientação de Estágio, aprovados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. As formas de realização do acompanhamento pedagógico estão disciplinadas na Instrução Normativa 7/2011, da Pró-Reitoria de Ensino. Questões omissas das normativas e deste projeto, relacionadas às condições de realização da prática de estágio, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

O estágio será iniciado quando o aluno houver concluído a primeira metade do curso e encerrado até o prazo final de integralização curricular. Não se aceitará, para fins de diplomação neste Câmpus, que estágios sejam realizados em prazo posterior. O tempo de realização do estágio será acrescido à carga horária de formação do aluno, nos documentos de conclusão do curso.

4.7.2 Trabalhos de Conclusão de Curso

Os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) consistem em práticas a serem desenvolvidas pelo aluno e orientadas por um professor do curso. Envolve elaboração de projeto, aplicação de pesquisa e produção de um artigo científico, a ser defendido diante de banca examinadora. As normas constam no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, instituído pelo IFRO. As atividades de TCC devem ser iniciadas após a oferta da disciplina Metodologia Científica e a partir do ingresso do aluno no penúltimo

semestre do curso. A elaboração e defesa do TCC são requisitos parciais para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão pública.

4.8 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTT) definida pelo IFRO é pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Busca-se a integração entre ciência, tecnologia, cultura e formação profissional, de forma a contribuir para uma formação plena e humanística do educando e o crescimento socioeconômico local e regional.

Almeja-se promover ações de modo a incentivar a iniciação científica, por meio de atividades como a construção do trabalho de conclusão de curso, e o desenvolvimento de atividades de extensão. O estágio proporcionará integração do cursista com o mundo do trabalho e intensificará a relação entre teoria e prática, num mecanismo que envolve ação orientada e reflexão crítica. Será incentivada a participação ativa do educando em todo o seu processo de formação, na condição de sujeito sócio-histórico e imerso nas novas tecnologias de Gestão Pública.

4.8.1 Política de Articulação com Empresas

O Câmpus Porto Velho Zona Norte adotará como principal política de articulação o estabelecimento de parcerias com empresas e instituições públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou qualquer setor da economia que haja capital público, sejam eles pertencentes a qualquer uma das três esferas — municipal, estadual ou federal —, para a prospecção de vagas de estágio e realização de visitas técnicas. Além disso, haverá visitas técnicas, palestras, consultorias, projetos de extensão, acompanhamento de egressos e outras atividades de articulação que possam desenvolver parcerias para a melhoria da formação do Tecnólogo em Gestão Pública e a participação do Câmpus no fomento do crescimento socioeconômico do Estado.

4.9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e do IFRO, conforme as

orientações contidas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO e a Instrução Normativa 1/2011, da Pró-Reitoria de Ensino.

4.10 CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o **Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública**, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO. Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se estágios e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme o que preconiza o art. 7º do decreto 5.154/2004.

5 EQUIPE DE PROFESSORES

A expansão institucional está relacionada ao crescimento quantitativo e qualitativo de seu quadro de profissionais. Assim, será necessária a realização de concurso público para provimento de vagas, visando ao pleno atendimento para, de forma qualificada, ampliar-se a oferta de ensino. A seleção de docentes se dá a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, após autorização do Ministério da Educação. A contratação é realizada conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso e mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

5.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e regulamentações do Ministério da Educação (MEC). No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 3. Requisitos de formação por disciplina

Nº	Disciplina	Formação Escolar Mínima Requerida
1	Fundamentos das Ciências Sociais	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais
2	Fundamentos da Ciência Política	Graduação em Filosofia/Graduação em Ciências Políticas/ Graduação em Ciências Sociais
3	Teorias das organizações	Graduação em Administração
4	Comunicação e Linguagem	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
5	Matemática Básica e Aplicada	Graduação em Matemática
6	Informática Básica	Graduação em Informática
7	Introdução à Contabilidade	Graduação em Contabilidade
8	Direito Constitucional	Graduação em Direito
9	Políticas Públicas	Graduação em Sociologia/Graduação em Direito/Graduação em Ciências Sociais/Graduação em Economia
10	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública	Graduação em Administração
11	Comportamento Organizacional	Graduação em Administração
12	Metodologia da Pesquisa Científica	Graduação em qualquer área do conhecimento
13	Matemática Financeira	Graduação em Matemática
14	Direito Administrativo	Graduação em Direito
15	Gestão Orçamentária e Financeira	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção/Graduação em Contabilidade
16	Sistema de Informação Gerencial	Graduação em Administração/ Graduação em Engenharia da Produção
17	Elaboração e Gestão de Projetos	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
18	Licitações, Contratos e Convênios	Graduação em Direito
19	Estatística Aplicada	Graduação em Matemática
20	Gestão Patrimonial e Logística	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da

		Produção
21	Contabilidade Pública	Graduação em Contabilidade
22	Introdução à Economia	Graduação em Economia
23	Planejamento e Gestão Estratégica	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção
24	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	Graduação em Administração/Graduação em Engenharia da Produção/Graduação em Economia/Graduação em Geografia
25	Gestão de Pessoas	Graduação em Administração
26	Auditoria Pública	Graduação em Contabilidade
27	Marketing no Serviço Público	Graduação em Administração
28	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	Graduação em Administração
29	Ética na Gestão Pública	Graduação em Sociologia/Graduação em Filosofia
30	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	Graduação em Administração
31	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	Graduação em Administração/Graduação em Gestão Ambiental

5.2 EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO

A equipe foi constituída conforme a titulação requerida e a disponibilidade de profissionais do Câmpus. No anexo 1, consta o quadro desses profissionais e os endereços de acesso aos seus currículos, dispostos na Plataforma Lattes.

A titulação em Mestrado e Mestrado em andamento corresponde a 80% das formações do quadro de docentes; juntas, compreendem mais de 61% da formação. Todos os profissionais possuem nível superior com pós-graduação. Os níveis de titulação tendem a se ampliar conforme as possibilidades previstas na política de formação continuada do IFRO.

Quadro 4: Índices de titularidade dos docentes

Maior Titulação	Qtde.	% do total	Na área do curso ou correlata		Em outras áreas	
			Qtde.	% do total	Qtde.	% do total
Graduação	0	0	0	0	0	0
Especialização	2	20,00	1	10,00	1	10,00
Mestrado	8	80,00	5	50,00	3	30,00
Doutorado	0	0	0	0	0	0
Total	10	100	6	60,00	4	40,00

5..3 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

A Rede Federal de Educação Tecnológica, ao instituir-se por meio dos Institutos Federais de Educação, assumiu o papel central de fomentar a qualificação e o aperfeiçoamento profissional de toda a comunidade escolar — logo, educandos e professores. Comungando dessa política o IFRO oferece cursos integrados e subsequentes ao ensino médio, graduações e pós-graduações *Lato sensu*, bem como participa de programas de Minter e rede de Doutorado, a exemplo da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC), visando ao aperfeiçoamento e à qualificação profissional dos discentes. Os profissionais são incorporados a uma política de permanência, continuidade dos estudos na instituição e ampliação da formação dos docentes e técnicos. O incentivo à participação em congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro também estão em consonância com a política de incentivo à formação permanente adotada pela instituição.

6 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA

6.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e dos professores e conforme as demandas e características do curso. Será realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionadas ao curso.

As competências do coordenador estão previstas no art. 27 do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO. O *link* para o currículo *Lattes* do coordenador está disposto no item 2.3 deste projeto.

6.2 COLEGIADO

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- I- Diretor de Ensino, como presidente;
- II- Coordenador do curso;
- III- Coordenador de apoio ao ensino;
- IV- Todos os professores em atividade no curso;
- V- Um aluno regular do curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do curso atual.

Suas competências estão previstas no artigo 21 do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO.

6.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi composto conforme as orientações da Resolução 1/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Os seus membros estão apresentados no quadro abaixo, com as respectivas titulações.

Quadro 5: Núcleo Docente Estruturante

Nº	Nome	Formação	Maior Titulação	Área	CH	RT
1	Lady Day Pereira de Souza	Administração	Mestrado	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	40	DE
2	Leiva Custódio Pereira	Pedagogia/Direito	Mestrado	Educação e Política	40	DE
3	Ingrid Leticia Menezes Barbosa	Letras	Mestrado	Ciências da Linguagem	40	DE
4	Gilberto Laske	Administração/contabilidade	Mestrado*	Administração	40	DE
5	Cristiano Polla Soares	Direito	Especialização	Segurança da Informação	40	DE

* Em andamento

O NDE é composto por 80% de profissionais com titulação *Stricto sensu* e dedicação exclusiva, atendendo plenamente ao previsto no artigo 3º da Resolução 1/2010/CONAES. A equipe apresenta, em sua maioria, formação específica ou correlata à área.

Quadro 6: Titulação (maior) proporcional dos membros do NDE

Titulação	Qtde.	% do total	Na área do curso		Em outras áreas	
			Qtde.	% do total	Qtde.	% do total
Especialização	1	20	1	20	0	
Mestrado	4	80	3	60	1	20
Doutorado	0	0	0	0	0	
Total	6	100	4	80	1	20

As competências do NDE estão descritas no art. 2º da Resolução 1/2010/CONAES, bem como no capítulo III, art. 30, do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação no IFRO.

7 SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo, comuns a todos os cursos do IFRO, mas com serviços especializados para o atendimento às demandas específicas da área de formação.

7.1 DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Câmpus e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação Geral de Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Capacitação Permanente em EaD e Coordenação de Tutoria e Monitoria.

a) Coordenação de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividades de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

b) Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

- Serviço social: prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;
- Serviço de psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

c) Coordenação de Registros Acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

d) Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

e) Coordenação de TCCs

A Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso orienta e faz os acompanhamentos pedagógicos dos TCCs desenvolvidos no âmbito de todos os cursos, com apoio dos coordenadores e professores. Suas competências estão estabelecidas em Regulamentos específicos.

7.2 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e

instrumental do Câmpus. Participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

7.2.1 Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade

Cumprir as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, etc.; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói banco de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

7.2.2 Coordenação de Formação Inicial e Continuada

Articula a elaboração, acompanha a execução e avalia projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, dentre outras atividades inerentes ao departamento de extensão.

7.3 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

7.3.1 Coordenação de Pesquisa e Inovação

Trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros e projetos específicos de desenvolvimento

da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

7.4 SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

Estão em elaboração projetos de engenharia voltados para as demandas, como projeto lógico, projeto de cabeamento estruturado, entre outros. O Câmpus possui uma sala exclusiva que acomoda um *datacenter*, numa estrutura elétrica e de climatização que atende as necessidades de alunos e professores.

7.5 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O Núcleo atenderá alunos com necessidades educacionais específicas, segundo orientações do seu Regulamento, aprovado pela resolução nº 30/2011, do Conselho Superior do IFRO.

Ele tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho, por meio do preparo e qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

8 INFRAESTRUTURA

O Câmpus está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

8.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

A infraestrutura física compreende laboratórios, unidades produtivas, salas de aula, auditório e diversos outros espaços formadores, nos quais são utilizados recursos materiais atualizados e adequados à formação específica. Os investimentos em recursos de hiperídia, por exemplo, têm favorecido à melhoria das expectativas quanto à aplicação dos planos de ensino.

8.1.1 Distribuição do Espaço Físico

A estrutura física do Câmpus Porto Velho Zona Norte está organizada conforme quadro abaixo:

Quadro 7: Estrutura física básica do Câmpus Porto Velho Zona Norte

Dependências	Quantidade	Total em m²
Salas de Aula	9	500,48
Salas de Aula EaD	3	215,64
Salas de idiomas	2	107,82
Biblioteca	1	142,10
Reprografia	1	16,75
Sala de Professores	1	70,00
Laboratório de Informática	5	284,84
Secretaria	1	53,94
Sala de Direção	1	21,75
Sala da Chefia de Gabinete	1	—
Recepção da Diretoria	1	16,62
Departamento de Comunicação	1	23,45
Sala de coordenação de gestão de pessoas	1	16,45
Sala de coordenação de gestão de tecnológica da informação	1	35,00
Departamento de Planejamento e Administração	2	70,00
Auditório	1	117,56
Cantina	1	—
Banheiros Masculinos	4	—
Banheiros Femininos	4	—
Dependências	Quantidade	Total em m²
Sala de coordenação de Curso	1	93,54

Núcleo de pesquisa	1	40,60
Departamento de pesquisa, extensão e pós-graduação	1	71,05
Departamento de extensão	1	71,05
Diretoria de ensino	1	53,55
Departamento de apoio ao educando	1	35,00
Setor pedagógico (psicólogo, orientador, pedagogo, etc)	1	52,50
Sala de serviços terceirizados	1	17,50
Sala de tutoria	1	35,00
Departamento de EaD	1	35,00
Estúdio	2	—
Sala de edição	2	—
Switch	1	—
Total	56	2197,19

Fonte: IFRO (2012)

8.1.2 Recursos Materiais

As salas de aula estão estruturadas em, aproximadamente, 53,91 m²; quarenta e quatro carteiras escolares; uma mesa orgânica com duas gavetas; uma poltrona giratória com braços, um quadro branco, uma TV de 55 polegadas e um computador com acesso a internet e em saídas e entradas para kit multimídia. Apresenta condições técnicas adequadas para a realização das aulas, com boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído.

Quadro 8: Recursos de hiperídia para uso dos docentes e discentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Data show	Unidade	4
2	Computadores PC	Unidade	100
3	Notebook	Unidade	4
5	Aparelho de DVD	Unidade	2
7	Caixas de som	Unidade	1
8	Aparelho de som	Unidade	1
9	Microfones	Unidade	3
10	Máquina fotográfica digital	Unidade	01

Fonte: IFRO (2012)

Além dos recursos de hiperídia, o Câmpus disponibilizará referenciais de consulta e outros subsídios para a realização das atividades de ensino e aprendizagem.

8.1.3 Plano de Expansão da Estrutura Física

O plano de expansão da estrutura física está sendo realizado nos Câmpus de acordo com o projeto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

8.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O Câmpus Porto Velho Zona Norte norteia-se pelo que preconiza a Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Ela estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Os atendimentos obedecerão ao disposto no Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFRO, especialmente no art. 9º.

8.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

O Câmpus conta com 5 laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O *software* instalado é o *Microsoft Office*® e outros, licenciados, a pedido dos professores. Está prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

Quadro 9. Especificações dos laboratórios de informática

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA			
Área (m ²)		m ² por estação	m ² por aluno
284,84		1,42	1,42
Softwares			
Item	Especificações		
1	Microsoft Office		
1	Windows		
Hardwares			
Item	Especificações	Unidade	Quantidade
1	Computador (para estudante)	Unidade	100
2	Computador (para professor e pessoal administrativo)	Unidade	5

Fonte: Câmpus Porto Velho Zona Norte/IFRO (2012)

8.3.1 Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do Câmpus e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a

atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

8.4 BIBLIOTECA

8.4.1 Espaço Físico da Biblioteca

A biblioteca atenderá às necessidades do curso, com cabines para estudos individuais, salas de estudo em grupo, sala de multimeios e área para consulta *online* no sistema, além de um amplo salão de estudos.

As ementas, em anexo, trazem listas de bibliografias básicas e complementares que estarão presentes na Biblioteca do *Campus*. Haverá ainda vários outros materiais, citados ou não, voltados para a área, nas mais diversas mídias, como CDs, DVDs, arquivos virtuais e outros. Os referenciais mais importantes encontram-se descritos nos planos de disciplina em apêndice, aos quais serão somados outros.

A Biblioteca funcionará com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso aos acervos. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo de 7 (sete) dias para docentes, discentes e técnico-administrativos, além de manter pelo menos 1 (um) exemplar para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por assuntos, facilitando, assim, a procura por títulos com conteúdos semelhantes. Possuirá exemplares de livros e periódicos que contemplem todas as áreas de abrangência do curso.

8.4.2 Serviços Oferecidos na Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. Até a implementação do curso, o serviço oferecido contará também com consulta *online* ao sistema de biblioteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais, conforme as Normativas Internas.

8.4.3 Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno, e seu horário de funcionamento será divulgado posteriormente, incluindo-se os intervalos de fechamento para troca de funcionários. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos somente aos alunos e servidores do Câmpus.

8.4.4 Mecanismo e Periodicidade de Renovação do Acervo

A cada dois anos o acervo será analisado, de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções. Será atualizado sempre que necessário, assegurando um crescimento consciente e consistente da coleção. A Política envolve regras para a seleção positiva (incorporação de novos itens ao acervo) e a seleção negativa (retirada de itens que estão desatualizados, que não são mais pertinentes à Instituição).

9 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados como parâmetros para as atividades nas instituições públicas de ensino da rede federal.

9.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei 10.098/2000: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
- c) Lei n.º 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;
- d) Lei n.º 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- e) Lei n.º 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Lei nº 12.711/12: trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- g) Parecer 436/2001/CNE: subsidia a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- h) Resolução CNE/CP nº 3/2002: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

9.2 NORMATIVAS INTERNAS

- a) Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA);
- b) Instrução Normativa 1/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: trata do ingresso dos alunos de outras instituições por meio de apresentação de transferência;
- c) Instrução Normativa 3/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: da antecipação de disciplinas da matriz curricular do curso;
- d) Instrução Normativa 4/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do aproveitamento de estudos;
- e) Instrução Normativa 5/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do ingresso para portadores de diploma;
- f) Instrução Normativa 6/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do excedente de vagas;

- g) Instrução Normativa 7/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: do acompanhamento pedagógico de estágios;
- h) Instrução Normativa 8/2011 da Pró-Reitoria de Ensino: das atividades acadêmicas complementares;
- i) Regulamento do Estágio nos Cursos de Graduação;
- j) Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) nos Cursos de Graduação.
- k) Resolução nº 30/2001 CONSUP/IFRO: Regulamento dos Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) do IFRO

Outras normativas internas e legislações nacionais, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso.

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 436/2001**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em 17 set. 2012

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientação Normativa 7/2008**. Disponível em http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf _____. Acesso em 26 set. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.154** de 23 de Julho de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 16 out. 2012.

IFRO. **Relatório PAER**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Pesquisa de Atividade Econômica Regional para a Instalação do câmpus Porto Velho Zona Norte, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC: CAPES: UAB, 2010.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

NEWCOMER, Kathryn E. **A preparação dos gerentes públicos para o século XXI**. In: Revista do serviço público, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

WIKIPÉDIA. **O gestor público**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Administração_pública. Acesso em 16 out. 2012.

APÊNDICE 1: PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO PERÍODO

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Fundamentos das Ciências Sociais	Código	FCS
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA			
<p>Conceitos básicos da sociologia. Iniciação ao pensamento social (Durkheim, Weber e Marx). Características fundamentais da modernidade, racionalidade científica e sociedade industrial. O pensamento social contemporâneo. Vida e obra de Darcy Ribeiro: o trabalho escravo de negros e indígenas no Brasil. Análise das relações sociais e raciais no Brasil.</p>			
Referências básicas			
<p>MARX, Karl. O Capital. 3.ed. São Paulo: Edipro, 2008. MEKSENAS, Paulo. Sociologia. São Paulo: Editora Cortez, 2010. OLIVEIRA, Silvio Luiz. Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro (Edição de bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p>			
Referências complementares			
<p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: LTC, 2010. IANNI, Octávio (Org.). Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975. KONDER, Leandro. O que é dialética. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978. OUTHWAITE, William [et.all] (eds.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Fundamentos das Ciências Políticas	Código	FCp
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
<p>O papel da Ciência Política. Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Evolução doutrinária e relações com o pensamento econômico. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. A constituição da ciência política como campo científico e a formação do Estado Moderno e da Sociedade Civil. O debate contemporâneo e as concepções da democracia, cidadania, soberania, autocracia, totalitarismo, soberania e socialismo, representação e cultura política no Brasil. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Sujeitos e atores políticos e cidadania. A relação entre o público e o privado. A emergência do neoliberalismo.</p>			
Referências básicas			
<p>AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. 1.ed. São Paulo: Globo Editora, 2008. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 1.ed. São Paulo: Globo Editora, 2008. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 19.ed. São Paulo: Malheiros, 2012. DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São PAULO. Martins Fontes, 1988. PLATÃO. A República. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.</p>			
Referências complementares			
<p>ARENDDT, Hannah. A condição humana. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. Porto Alegre. Globo. 1986. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13.ed. Brasília: UNB: 2007.</p>			

MIRANDA, Pontes de. **Democracia, Liberdade, Igualdade: Os três caminhos**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

BOBBIO Norberto. **Teoria do Direito e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Martins Editora, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Estado, Governo e Administração Pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**, Volume 1, Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista – 11. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Teorias das organizações			Código	TO
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4		
Disciplinas Pré-requisitos				Código(s)	
-				-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)					
Fundamentos básicos da Administração. Evolução histórica da Administração. Abordagem Clássica. Administração científica. Escola das Relações Humanas. Teoria Neoclássica da Administração. Teoria Burocrática. Teoria da Racionalidade. Teoria Institucional. Teoria comportamental. Teoria da Decisão. Abordagem Sistêmica. Teoria Contingencial. Teoria Sociotécnica. Teoria Organizacional. Cultura e Poder nas Organizações. Diferenças entre público e o privado. Teoria crítica nas organizações.					
Referências básicas					
BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P. Teoria das Organizações (Série RAE-Clássicos). 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.					
CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração . 8. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2011.					
DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública : Tradução da 6ª edição norte-americana. Tradução. de Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.					
QUINELLO, Robson. A Teoria Institucional aplicada à Administração : entenda como o mundo invisível impacta na gestão de negócios. São Paulo: NOVATEC, 2007.					
Referências complementares					
BILHIM, João. Teoria Organizacional : estruturas e pessoas. 6. ed. Lisboa: ISCSP, 2008.					
FARIA, José Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007.					
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.					
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das Organizações : 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.					
RICCIO, Vicente. Administração Geral . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Comunicação e Linguagem			Código	CL
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4		
Disciplinas Pré-requisitos				Código(s)	
-				-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)					
Comunicação humana e linguagem. Estrutura do Texto. Recepção e produção de textos. Redação técnica oficial e comercial. Estudo prático de fatos gramaticais. Oratória.					
Referências básicas					
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa . 48 ed. São Paulo: Nacional, 2008.					
FAULSTICH, Enilde L. de J. Como Ler, Entender e Redigir um Texto . 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.					

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2012.

Referências complementares

INFANTE, Ulisses. **Do Texto ao Texto: Curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 2002.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Schiar. **Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. 8 ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. 111 ed. São Paulo: Saraiva 2010..

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Matemática Básica e Aplicada			Código	MBA
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal	horária	3	
Disciplinas Pré-requisitos				Código(s)	
-				-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)					
Conjuntos. Os inteiros racionais e reais: operações polinômios e expressões algébricas. Equações e inequações de primeiro e segundo grau. Sistemas de equações. Progressões aritméticas e geométricas. Exponencial e logaritmo. Funções e gráficos. Aplicações.					
Referências básicas					
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar , Volume 1, 8. Ed., São Paulo: Atual, 2004.					
AYRES JUNIOR, F.; SCHMIDT P. A. Matemática para Ensino Superior . 1.ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2006.					
MARQUES, J.M.; Matemática aplicada para cursos de administração, economia e ciências contábeis . 1ª Ed. Editora: Juruá, 2010.					
Referências complementares					
DANTE, Luiz Roberto. Contexto & Aplicações: ensino médio: volume único . São Paulo: Editora Ática, 2001.					
GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. Matemática 1: Conjuntos, funções, trigonometria: ensino médio – São Paulo: FTD, 2011.					
IEZZI, G. <i>et. Al.</i> Fundamentos de Matemática Elementar – Volume 1 . 8. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2004.					
MUROLO, Afrânio; BONETTO, Giacomo. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade . 1 ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.					
SILVA, Sebastião Medeiros. Matemática para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis . Vol.1, São Paulo: Editora Atlas, 1993.					

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Informática Básica	Código	INFB
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Aspectos introdutórios de sistemas computacionais, sistemas operacionais e internet. Editores de texto, planilha eletrônica e apresentação. Ambiente de rede e Internet: conceitos; browsers; protocolos e serviços; sites de busca. Gerenciador de banco de dados. Ergonomia.			
Referências básicas			
BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . 3. Ed. São Paulo: Editora Erica, 2010.			
MEIRELLES, Fernando Souza. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores . 2. ed. Editora Makron Books, 2004.			
SILVA, Mario Gomes da. Informática - Terminologia Básica . Editora Erica, 2007.			
Referências complementares			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução a Informática . 8 ed. Pearson Education, 2004.			
MEIRELLES, Fernando S. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores . 2 ed. Editora Makron Books, 2004.			
PACHECO, Gustavo Buzzati. Introdução à Informática Básica com Software Livre . São Paulo: Editora Erica, 2006.			
SOUSA, Maria José; SOUSA, Sérgio. Microsoft Office 2010 - Para Todos Nós . Editora Lidel, 2011.			
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática – Conceitos Básicos . 8 ed. Ed. Campus, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Introdução a Contabilidade	Código	IC
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Conceitos contábeis básicos. Campos de atuação da contabilidade. Estrutura Patrimonial. Dinâmica patrimonial. Processos e procedimentos contábeis. Demonstrações contábeis.			
Referências básicas			
FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não Contadores : para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, Moacir Lima e. Contabilidade Geral . 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.			
Referências complementares			
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso Básico de Contabilidade : Introdução à Metodologia da Contabilidade e Contabilidade Básica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
ATHAR, Raimundo Aben. Introdução à contabilidade . São Paulo: Pearson, 2008.			
COELHO, Claudio Ulysses F.; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; LINS, Luiz dos Santos. Fundamentos de Contabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2007.			
PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica : contabilidade Introdutória e Intermediária - texto e Exercícios. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
WARREN, Carl S; [et al]. Fundamentos de Contabilidade : princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2010.			

SEGUNDO PERÍODO

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Direito Constitucional	Código	DC
Carga horária Semestral	80	Carga Semanal horária	4
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Constituição Federal. Elementos de Teoria da Constituição. Fontes do Direito Constitucional. Princípios Fundamentais. Dos direitos e das garantias fundamentais. Da nacionalidade. Dos direitos políticos. Poder Constituinte. Espécies Normativas. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Formas de Estado e federação. Competências Constitucionais. Tripartição dos Poderes. Estrutura e competências dos Poderes. Funções Essenciais da Justiça. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. Controle de constitucionalidade das leis. Constituições Brasileiras.			
Referências básicas			
MORAES, Alexandre. Direito Constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Saraiva, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático . São Paulo: Saraiva, 2010. BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa . São Paulo: Malheiros, 2004.			
Referências complementares			
ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva, 2009. BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana . Ed. Renovar, 2008. CANOTILHO, J. J. Gomes. Curso de Direito Constitucional . 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. LASSALE, Ferdinand. Que é uma constituição? São Paulo: Kairós, 1985. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2008. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Políticas Públicas	Código	PP
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal horária	3
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. Estado de Bem-Estar Social: a cidadania moderna e a democracia. Modelos. Tipologias. A administração pública sob a ótica da política. Políticas públicas: formulação, implementação, gestão e avaliação. As políticas públicas na contemporaneidade. Experiências brasileiras. Sistemas de ingresso nas escolas públicas: cotas, ENEM, Sisu, Políticas de favorecimento a sujeitos passíveis de exclusão. Marcos históricos dos movimentos em favor da inclusão de negros e índios nos projetos sociais. Colaboração de personalidades negras e indígenas nos processos de inclusão.			
Referências básicas			
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-BID. A política das políticas públicas: Progresso econômico e social na América Latina – Relatório 2006 . Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: IADB, 2007. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil . Rio			

de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
 THEODORO, Mário (org). **As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2008.

Referências complementares

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** Uma tendência de geração de renda e ressignificação de trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
 BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007
 BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção Questões de Nossa Época, 75.
 BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no Estado constitucional.** Belo Horizonte: Fórum, 2007.
 GARÓFALO, Gilson de Lima.(Org). PINHO, Terezinha Filgueiras de. (Org.) **Políticas Públicas: Limites e Possibilidades.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 PEREIRA, José Matias. **Curso de Planejamento Governamental: Foco nas Políticas Públicas e nos Indicadores Sociais.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Procedimentos Administrativos na Gestão Pública		Código	PAGP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA				
Introdução de Organização, sistemas e Métodos. Análise Organizacional: Estrutura, Organograma e hierarquia, Departamentalização, Processos de Organização, Distribuição do trabalho, Centralização, Descentralização. Qualidade Total. Mudanças Organizacionais: Ambiente Interno e Externo. Arranjo Racional do Espaço Físico. Arranjo Administrativo: Manuais Administrativos, Formulários, Arquivos. Técnicas e Métodos para levantamento de dados.				
Referências básicas				
ARAUJO, Luis César G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional: Arquitetura Organizacional, Benchmarking, Empowerment, Gestão pela Qualidade Total, Reengenharia - v. 1. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011. CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia. 8.ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2011. CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos SO&M. 1ed. São Paulo: Manole, 2010. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: Uma Abordagem Gerencial. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
Referências complementares				
ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. ARAUJO, Luis Cesar G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração: Orientação para Escolha de um Caminho Profissional. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em serviços: Conceitos, exercício, casos práticos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. TAKESHY, Tachizawa. Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e Estratégia de Atuação. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Sistemas de Informações versus Tecnologia da informação: Um impasse empresarial. 1.ed. São Paulo: Erica, 2004. SANTOS. Rubens da Costa. Manual de Gestão Empresarial: Conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Comportamento Organizacional		Código	CO
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	

-	-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)	
Introdução ao enfoque comportamental nas teorias das organizações. Comportamento individual. Comportamento do indivíduo em grupo. Interações sociais na organização e cognições decorrentes: valores, percepção, atitudes, personalidade, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Tomada de decisão, delegação. Habilidades gerenciais e liderança. Trabalho em equipe. Cultura e clima organizacional. Tópicos sobre mudanças nas organizações. Desenvolvimento organizacional.	
Referências básicas	
FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010. JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional . 14.ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011. MENDONÇA, Márcia Da Costa Furtado de; NOVO, Damáris Vieira; CARVALHO, Rosângela de. Gestão e liderança . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. VECCHIO, Robert P. GALMAN, Roberto. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Comportamento Organizacional: conceitos básicos . São Paulo: Cengage Learning, 2009.	
Referências complementares	
CARPILOVSKY, Marcelo Pomeraniec [et al]. Liderança e motivação . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. CAVALCANTI, Bianor Scelza. O gerente equalizador: estratégias de gestão no setor público . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. NETO, Antônio André. Negociação e administração de conflitos . 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. NOVO, Damáris Vieira; CHERNICHARO, Edna de Assunção Melo; BARRADAS, Mary Suely Souza. Liderança de equipes . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. TERRA, José Claudio Cyrineu. Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.	

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica		Código	MPC
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Normas da ABNT (Citações, Referências Bibliográficas, Apresentação Gráfica).				
Referências básicas				
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas . 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. CHIZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais . Petrópolis:Vozes, 2006.				
Referências complementares				
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: Contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC) . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2002. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico . 15 ed. Porto alegre: s.n.,2001. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - apresentação . 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. _____. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação . 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b. _____. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação . 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. _____. NBR 15287: Projeto de pesquisa - apresentação . 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.				

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública				
Disciplina	Matemática Financeira			Código	MF
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal	horária	3	
Disciplinas Pré-requisitos: Matemática Básica e Aplicada				Código(s): MBA	
-				-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)					
Contexto das finanças e a matemática: inflação, risco, incerteza, utilidade e oportunidade. Noções básicas e elementares da matemática: proporcionalidade e porcentagem. Juros, capitalizações, descontos (simples e compostos) e aplicações financeiras; taxas; séries de pagamentos e sistemas de amortização. Matemática financeira e estratégias comerciais de compra e venda.					
Referências básicas					
<p>CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Financeira Fácil. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: Com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>POMPEO, José Nicolau, HAZZAN, Samuel. Matemática Financeira. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PUCINI, Abelardo Lima. Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada. 9.ed. São Paulo: Elsevier Campus, 2011.</p>					
Referências complementares					
<p>BODIE, Zvi.; MERTON, Robert. Finanças. 1. ed. Porto Alegre : Bookman, 2002.</p> <p>BRANCO, Anísio Costa Castelo. Matemática financeira aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.</p> <p>GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira. 2. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.</p> <p>NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 8. ed. Atlas, 2004.</p> <p>SAMANEZ, Carlos Patrício, Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006.</p> <p>VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>					

TERCEIRO PERÍODO

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Direito Administrativo	Código	DADM
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4
Disciplinas Pré-requisitos: Direito Constitucional			Código(s): DC
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Fundamentos do Direito Administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Administração Pública, poderes, governo, entidades políticas e administrativas. Poderes Administrativos. Atos Administrativos (Conceito, Requisitos e Atributos). Administração Direta e Indireta. Entidades Paraestatais: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Processo administrativo. Serviços Públicos. Contratos Administrativos. A Licitação Como Procedimento Seletivo Prévio Para a Efetivação do Contrato Administrativo. Servidores Públicos. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Responsabilidade Civil da Administração. Organização e Controle da Administração Pública. Bens públicos. Intervenção na Propriedade.			
Referências básicas			
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo . 6.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro . 38. Ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2012. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado . 20.ed. São Paulo: Método, 2012.			
Referências complementares			
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988 . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração pública: centralizada e descentralizada . 2. ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2004. MAGALHÃES, Roberto Barcellos de. Teoria e prática da desapropriação no direito brasileiro . Rio de Janeiro, José Konfino, 1968. MELLO, Celso Antônio Bandejas de. Curso de Direito Administrativo . 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2012. MORAES, Isaias Fonseca. Manual de Direito Administrativo: Teoria e Prática . 2.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão Orçamentária e Financeira	Código	GOF
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos:			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos: princípios, conceitos fundamentais e planejamento; problemas e temas relevantes. Sistemas de Planejamento no setor Público. Classificações Orçamentárias. Orçamento-Programa. Plano plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias. O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil. Processo orçamentário. Práticas orçamentárias participativas. Despesas públicas. Execução Orçamentária. Dívida e capacidade de endividamento. Prestação de contas. Transparência e controle. Normas e regras de planejamento, orçamento e finanças: Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal. Normas gerais do Direito Financeiro: fundamentos históricos e constitucionais. O Orçamento como instrumento de racionalização do gasto público e sua interação com a Lei de Responsabilidade Fiscal.			
Referências básicas			

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**: Abordagem Simples e Objetiva. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**: Uma abordagem introdutória. 5.ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.

RUNO, R.M. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público**. Curitiba: Juruá, 2008.

Referências complementares

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos & ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento – MTO-02**. Brasília: MPOG/SOF, 2007. Disponível em: http://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/MTO/MTO_2008_03.pdf.

CARVALHO, J. C. O. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. tiragem. Rio:Campus, 2000.

LACERDA, Antônio Correa de. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005

LUNKES, Rogério João. **Manual de Orçamento**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF**. 3. Ed. São Paulo: Elsevier Campus, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Sistema de Informação Gerencial		Código	SIG
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
Introdução aos Sistemas de Informação. Tipos de sistemas de informação na Administração Pública. Implementação e estruturação dos sistemas de informação. Tecnologia da Informação no Setor Público. Utilização estratégica dos Sistemas de informação. O Gestor Público e as tomadas de decisões.				
Referências básicas				
BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação : Um enfoque gerencial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.				
FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública : Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.				
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : Uma Abordagem Gerencial. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
OLIVEIRA, Otávio J. Gestão Empresarial : Sistemas e Ferramentas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.				
Referências complementares				
BEAL, Adriana Gestão estratégica da informação : Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.				
HOFFMAN, Andreas Roberto. PLANTULLO, Vicente Lentini. Sistemas de Informação : Fundamentos. 1.ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.				
MATTOS, Antônio Carlos. Sistemas da informação : uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005.				
PALMISANO, Angela; ROSINI, Alessandro Marco. Administração de Sistemas de Informação : e a Gestão do Conhecimento. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.				
REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline Franca de. Tecnologia da Informação : Aplicada a Sistemas de informação empresariais. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
RIBEIRO, Arídio Silva Araújo; RODRIGUES, Luiz. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2004.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Elaboração e Gestão de Projetos		Código	EGP
Carga horária Semestral	60	Carga Semanal horária	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				

Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do Projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto. Escopo do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Administração de Problemas e dos riscos do projeto. Elaboração e avaliação de planos de projetos. A equipe e o gerente do projeto. Execução, controle e gerenciamento do projeto.
Referências básicas
CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. CLEMENTE, Ademir (Organizador). Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010. MOLINARI, Leonardo. Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas. 1.ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.
Referências complementares
CARVALHO Marly Monteiro De. RABECHINI JR, Roque. Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos Brasileiros - V. 2. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009. CASAROTTO FILHO, Nelson. Projeto de Negócio: estratégia e estudos de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002. CONTADOR, Claudio R. Projetos Sociais: Avaliação E Prática. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. TRENTIM, Mário Henrique. Gerenciamento De Projetos: Guia Para As Certificações CAPM® E PMP®. 1.Ed. São Paulo: Atlas, 2011. RABECHINI JR. Roque. O gerente de projetos na empresa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011. VALLE, André Bittencourt do; MENDES, Joao Ricardo Barroca; FABRA, MarcAntonio. Gerenciamento de Projetos. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Licitações, contrato e convênios		Código LCC
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos: Direito Constitucional			Código(s): DC
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Conceito e fundamento legal. Estratégias e princípios aplicáveis. Pressupostos da Licitação. Cabimento. Objeto licitável. Modalidades de licitação. Tipos de licitação. Peculiaridades das modalidades tradicionais e modalidade pregão. Escolha da modalidade. Procedimento da licitação. Pregão presencial e eletrônico. Fase interna e fase externa. Peculiaridades do instrumento convocatório: carta-convite e edital. A Lei Complementar nº 123/2006. Sistema de registro de preços. Saneamento de falhas. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação. Formalização do procedimento administrativo na contratação direta. Anulação e revogação da licitação. Recursos administrativos. Penalidades para o licitante. Experiências de compras no setor público. Terceirização e prestação de serviços (conceitos, formas). A gestão e a articulação de contratos e prestação de serviços públicos. Avaliação e controle dos resultados. Contratos Administrativos. Convênios. Serviços Públicos. Concessões e Permissões de Serviço Público.			
Referências básicas			
CALASANS JUNIOR, José. Manual da Licitação: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Publico-Privada e outras Formas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. JUSTEN FILHO, M. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. MEIRELLES, H. L. Licitação e contrato administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.			
Referências complementares			
BARROS, Wellington Pacheco. Licitações e Contratos Administrativos. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. BITTENCOURT, S. Manual de convênios administrativos. 3.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações Públicas e contratações da administração pública. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. NASCIMENTO, Renato. Licitações e Contrato Administrativos: Manual de compras e contratações na Administração Pública. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. NIEBUHR, Joel Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2.ed. Belo Horizonte: Forum, 2011.			

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos**. 1.ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Estatística Aplicada	Código	EA
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos: Matemática Básica e Aplicada			Código(s): MBA
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Análise combinatória. Estatística descritiva: representação tabular e gráfica, medidas de tendência central e dispersão. Probabilidade: definições e teoremas. Distribuições de probabilidade: esperança matemática. Principais distribuições: binomial, poisson e normal. Noções de amostragem. Inferência estatística. Correlação linear simples. Análise de regressão.			
Referências básicas			
COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica: Teoria e prática. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada . São Paulo: Atlas, 2008. KAZMIER, Leonard J. Estatística Aplicada a Administração e Economia . 4.ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2007. TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística Básica: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicas e de Gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
Referências complementares			
BRAULE, Ricardo. Estatística Aplicada com Excel . Rio de Janeiro: Campus, 2001. FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada . São Paulo: Atlas, 2008. NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Célia de Queiroz e Silva. Estatística para a educação profissional . São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, J. Matemática: ciência, linguagem e tecnologia . Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2011. ROGAWSKI, Jon. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2009.			

QUARTO PERÍODO

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Gestão Patrimonial e Logística		Código	GPL
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
<p>Conceitos e definições de recursos materiais e patrimônio na Administração Pública. Função, visão, histórico e tendências da Logística. Processo de aquisição de recursos materiais e patrimoniais na gestão pública. Administração de Estoque: políticas, tipos e custos. Sistema de planejamento de estoque. Previsão e avaliação de níveis de estoque. Armazenagem e controle. Suprimento na gestão pública. Distribuição e transporte. Administração de recursos Patrimonial.</p>				
Referências básicas				
<p>AYRES, Antônio De Pádua Salmeron; SUCUPIRA, Cezar; ACCIOLY, Felipe. Gestão de estoques. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.</p> <p>CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. Logística Operacional: Guia Prático. 2.ed. São Paulo: Ed. Érica, 2009.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PAOLESCHI, Bruno. Almoxarifado e Gestão de Estoques: do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 1.ed. São Paulo: Editora Érica, 2009.</p>				
Referências complementares				
<p>ALT, Paulo Renato Campos; MARTINS, Petrônio G. Administração de Materiais e recursos Patrimoniais. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CAXITO, Fabiano. Logística: Um enfoque prático. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>COSTIN, Claudia. Administração Pública. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística Empresarial: Uma Visão Local com Pensamento Globalizado. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Contabilidade Pública		Código	CP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos: Gestão Orçamentária e Financeira			Código(s): GOF	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
<p>Conceito, definição, princípios e campo de aplicação da Contabilidade Pública. Informações exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000. Patrimônio na Administração Pública. Inventário na Administração pública. Regimes contábeis. Demonstrações Contábeis. Análise de Indicadores e indicativos Contábeis. Contabilidade Sintética. Sistema financeiro. Sistema Orçamentário. Sistema Patrimonial. Sistema de compensação. Plano de Contas. Novos pressupostos da contabilidade pública.</p>				
Referências básicas				
<p>QUINTANA, Alexandre Costa, et. al. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>				
Referências complementares				

ANGELICO, João. **Contabilidade Pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
 CASTRO, Domingos Poubel de. GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 CECCATO, Marcio; CARVALHO, Deusvaldo. **Manual Completo De Contabilidade Pública**. São Paulo: Editora Elsevier – Campus, 2011.
 MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marco Antônio. **Gestão de Custo aplicada ao Setor Público: Modelo de mensuração e Análise da eficiência e eficácia governamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Introdução à Economia		Código
		IE	
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos	Código(s)		
-	-		
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Conceituação básica. Evolução do pensamento econômico. Funcionamento de mercado. Estrutura de mercado. Agregados macroeconômicos. Política econômica. Mercado monetário. Sistema financeiro nacional. Setor externo. Setor público. Economia brasileira recente.			
Referências básicas			
GREMAUD, Amaury Patrick et al. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2007. MOCHÓN, Francisco Morcillo. Princípios da economia . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SOUZA, Nali de Jesus. Economia Básica . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
Referências complementares			
GALA, Paulo. Perspectivas macroeconômicas: para entender a economia hoje . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto; [et al]. Economia aplicada . 9.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. LANZANA, Antônio Evaristo. Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010. MATESCO, Virene Roxo. [et al]. Economia aplicada: empresas e negócios . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações . São Paulo: Prentice Hall, 2005.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Planejamento e Gestão Estratégica		Código
		PGE	
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4
Disciplinas Pré-requisitos	Código(s)		
-	-		
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Conceitos e pressupostos da formulação estratégica. Fundamentos da gestão estratégica. Estratégias organizacionais na Gestão Pública. Etapas do Planejamento estratégico. Métodos de elaboração do plano estratégico. Implementação e gerenciamento do plano estratégico. O Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e aprendizagem organizacional.			
Referências básicas			
DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. Planejamento e Gestão Estratégica . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. LOBATO, David Menezes, [et al]. Gestão Estratégica . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Estratégica: foco no Planejamento Estratégico . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			

Referências complementares	
ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de Planejamento Estratégico . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
ROCHA, Aguida Garreth Ferraz. Planejamento e Gestão Estratégica . 1.ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.	
OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.	
_____. Administração Estratégica na Prática: A competitividade para administrar o futuro das empresas . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de informação e informática: Guia Prático para Planejar a Tecnologia da Informação Integrada ao Planejamento Estratégico das Organizações . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.	
TAVARES, Mauro Calixta. Gestão Estratégica . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional		Código	GPDR
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
A questão do desenvolvimento. O desenvolvimento na Região Amazônica e a formação social, cultural e espacial. Contexto contemporâneo e os papéis do Governo. Análise, diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento regional. O Desenvolvimento Regional — planos, programas e projetos — como instrumento político e de governança. Desenvolvimento Regional Sustentável: modelos e tendências. Integração do homem com o meio por meio da educação. O sentido dos impactos ambientais para as comunidades locais, globais e em rede.				
Referências básicas				
BECKER, Dinizar, F. WITTMANN, Miltom Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares . Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.				
SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.				
SILVA, Christian Luiz da. Políticas Públicas e desenvolvimento local . 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.				
SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Regional . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
Referências complementares				
BRITO, Daniel Chaves de. A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia . Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.				
BORRERO, Antônio Manuel Valdés; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. (Org.). Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento . Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.				
CAMPOS, Maria de Fátima H. CAVALCANTI, Vanessa R. Simon; MENEZES, Ana Maria F. Políticas Públicas e desenvolvimento Regional . 1.ed. Salvador: Eduneb, 2009.				
CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. Economia e Desenvolvimento Regional . São Paulo: Atlas, 2004.				
OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). Política de Gestão Pública Integrada . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.				
SIQUEIRA, Hipólita. Desenvolvimento Regional Recente no Brasil . 1.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Gestão de pessoas		Código	GP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
Introdução e evolução histórica da Administração de Recursos Humanos. Gestão Estratégica de Pessoas. Modelos de Gestão de Pessoas. Subsistemas da Administração de Recursos Humanos. Gestão de Pessoas no Setor Público. Tendências na Gestão de Pessoas.				
Referências básicas				
BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações: Práticas Atuais sobre o RH Estratégico . São				

Paulo: Atlas, 2012.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. 3.ed. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

PANTOJA, Maria Julia (Org). CAMÕES, Mariuza R. de Souza (Org). BERGUE, Sandro Trescastro (Org).

Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

Referências complementares

BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. **Administração de Recursos Humanos**. 14.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. 3.ed. São Paulo: Manole, 2008.

DUTRA, Joel Souza. **Competências: conceitos e instrumentos para a Gestão de pessoas na empresa moderna**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FERREIRA, Victor Claudio Paradela. **Gestão de Pessoas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PIRES, Alexandre Kalil. **Gestão por competências em organizações de governo**. Brasília: ENAP, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUINTO PERÍODO

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Auditoria Pública	Código	AP
Carga horária Semestral	80	Carga horária Semanal	4
Disciplinas Pré-requisitos: Contabilidade Pública			Código(s): CP
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Auditoria Governamental: finalidade, objetivo e campo de atuação. Tipos de auditoria governamental. Normas de auditorias, planos e programas de auditoria. Estudo e avaliação dos controles internos. Técnicas de auditoria. Papéis de trabalho. Parecer e relatório. Procedimentos de auditoria. Controle na Administração Pública (Interno e Externo).			
Referências básicas			
CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental . 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. Fundamentos de auditoria governamental e empresarial . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. GOMES, Ana Paula. Elementos de Auditoria Governamental . 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental . São Paulo: Atlas, 2003.			
Referências complementares			
GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública . 2.ed. revisada e ampliada. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011. QUINTANA, Alexandre Costa. MACHADO, Daiane Pias. QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa. MENDES, Roselaine da Cruz. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria: auditoria contábil outras aplicações de auditoria . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro; ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria Governamental . 1.ed. Curitiba: Jurua Editora, 2008. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, Contém as Mudanças das Práticas Contábeis Vigentes, conforme MCASP Editado pela STN . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Marketing do Serviço Público	Código	MSP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	3
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)
-			-
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Fundamentos e cultura de marketing. Ferramentas de marketing. Melhorias do desempenho no setor público. Aplicação de ferramentas de marketing no setor público: Desenvolvimento e aperfeiçoamento de serviços, uso otimizado de canais de distribuição, importância da marca, comunicação eficaz com o cliente, marketing social, formação de parcerias estratégicas. Gerenciamento do processo de marketing: Informações e Feedback, Monitoramento e avaliação de desempenho e desenvolvimento de Plano de Marketing.			
Referências básicas			
KOTLER, Philip. LEE, Nancy. Marketing no setor público: Um Guia para um desempenho mais Eficaz . Porto Alegre. Ed. Bookam. 2008. KELLER, Kevin Lane. KOTLER, Philip. Administração de Marketing . 14.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012. SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing . 1.ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012.			
Referências complementares			

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
 FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). **Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Serviços**. 6.ed. Sao Paulo: Atlas, 2012.
 LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. 6.ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.
 PALMER, Adrian. **Introdução ao Marketing: teoria e prática**. 1.ed. Rio de Janeiro: Atica, 2007..

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Qualidade do Atendimento no Serviço Público		Código	QASP
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	2	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
Introdução aos aspectos conceituais inerentes ao atendimento (cliente, cidadão, usuário, prestador de serviço). Forças que influenciam no comportamento do cliente (Necessidades, Hábitos e motivações). Mudança de comportamento do cliente/usuário (influências ambientais). Cliente como indivíduo. Aspectos da excelência no atendimento. Comunicação, apresentação pessoal e postura no atendimento. Questões de relacionamento: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipo, exotismo, colonialismo. Identidade e diferença. Multiculturalismo nos espaços públicos.				
Referências básicas				
FERNANDES, Walberto. Excelência no Atendimento a cliente : um livro para todos os profissionais de atendimento. Salto/SP: Editora Schoba, 2010. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Excelência em Atendimento ao Cliente : atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços . 6.ed. Sao Paulo: Atlas, 2012.				
Referências complementares				
BENTES, Otávio Morand. Atendimento ao Cliente . 1.ed. Curitiba: Editora IESDE, 2011. CASTRO, Guilherme Caldas. et al. Comportamento do Consumidor .1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. DEMO, Gisela. PONTE, Valter. Marketing de Relacionamento (CRM): Estado da Arte e Estudo de Casos . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. FINCH, Lloyd C. Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente . 1.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. WELLINGTON, Pat. Atendimento eficaz ao cliente . 1.ed. São Paulo: Clio Editora, 2011.				

PLANO DE DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Ética na Gestão Pública		Código	EGP
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2	
Disciplinas Pré-requisitos			Código(s)	
-			-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)				
Ética e moral. Objeto e objetivos da ética. Acepções de público e privado. Estudo da vida moral e da ética referidas à iniludível dimensão moral do trabalho, no contexto das relações políticas. A Ética no Mercado de Trabalho na Era da Competitividade Total. Códigos de ética no serviço público. Debates orientados sobre ética na administração pública. O comportamento ético e a atuação profissional do funcionalismo público. Transparência Pública e combate à corrupção.				
Referências básicas				
BENNETT, Carole. Ética Profissional: Série Profissional . São Paulo: Cengage Learning, 2008. MOTTA, Sylvio; FREIRE, Elias. Ética na Administração Pública: Teoria e 630 questões . Série Prova e Concurso. 4.ed. São Paulo: Campus, 2010. SÁ, Antonio Lopes. Ética Profissional . 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009. SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações . 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.				
Referências complementares				

AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1999.
 CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14.ed. São Paulo: Ática, 2010.
 LYONS, David. **As Regras Morais e a ética**. Campinas: Papyrus, 1998.
 SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 SINGER, Peter. **Vida Ética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
 TUGENDHART, Ernst. **Lições Sobre Ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.
 VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	Código	TCGP
Carga horária Semestral	40	Carga horária Semanal	2
Disciplinas Pré-requisitos		Código(s)	
-		-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Fundamentos constitucionais para Gestão Pública. Governança na gestão pública (accountability). Gestão do Conhecimento. Os desafios das organizações públicas na era da informação, do conhecimento e da tecnologia. Modelo de Gestão para as organizações públicas: perspectivas do passado, do presente e tendências. Serviço Público e solidariedade para com o meio ambiente.			
Referências básicas			
BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de Gestão do Conhecimento para Administração Pública : como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: IPEA, 2012. OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão Pública : democracia e eficiência - uma visão prática e política. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma gestão pública . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. PEREIRA, José Matias. Manual da Gestão Pública Contemporânea . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
Referências complementares			
BRANDÃO, Hugo Pena [et al]. Gestão por competências e gestão do conhecimento . 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. BARRETO, Paulo Daniel. A excelência em Gestão Pública . 1.ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007. MACEDO, Fabricio de Queiroz et al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública . 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. MATTOS, Irene Badaró et al. Gestão de desempenho . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. PIRES, Alexandre Kalil <i>et al.</i> Gestão por competências em organizações de governo . Brasília: ENAP, 2005. POLIZELLI, Demerval Luiz. Meio Ambiente e Gestão do Conhecimento . 1.ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	Código	GARS
Carga horária Semestral	60	Carga horária Semanal	2
Disciplinas Pré-requisitos		Código(s)	
-		-	
PLANO DE DISCIPLINA (Eixos principais, globalizadores)			
Evolução Histórica e tomada de consciência sobre a questão ambiental. Economia, sociedade e ambiente: Desenvolvimento sustentável. Leis de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável. O trabalho em favor da sustentabilidade ambiental . Ferramentas, normas e certificações que envolvem a gestão ambiental e da responsabilidade social: indicadores Ethos, modelos de balanço social e de relatório social, SA 8000, normas ISO 26.000, 14000, 14001:2004. Valoração Monetária de Bens e Serviços Ambientais. Gestão ambiental corporativa: proteção ao meio ambiente, marketing verde, cultura organizacional, administração estratégica e tendências. Responsabilidade social empresarial (RSE) / corporativa. O papel do gestor na construção de responsabilidade ambiental e social na organização.			

Referências básicas

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social**: Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Referências complementares

BARBIERI, Jose Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). **Gestão Pública**: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. (org.). **Ética e responsabilidade social nas empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

**ANEXO 1: QUADRO DE DOCENTES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA**

Nº	Nome	Formação	Titulação	Link Currículo Lattes
1	Ariadne Joseane Felix Quintela	Licenciada em História	M*	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
2	Cristiano Polla Soares	Graduado em Direito	E	http://lattes.cnpq.br/3869242546064894
3	Gilberto Laske	Graduado em Administração e Contabilidade	M*	http://lattes.cnpq.br/0318163144243071
4	Ingrid Letícia Menezes Barbosa	Licenciada em Letras	M	http://lattes.cnpq.br/908208853856414
5	Lady Day Pereira de Souza	Graduada em Administração	M	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
6	Leiva Custódio Pereira	Graduada em Direito e Licenciada em Pedagogia	M	http://lattes.cnpq.br/3119621299300411
7	Miguel Fabrício Zamberlan	Graduado em Informática	E	http://lattes.cnpq.br/8065780652368675
8	Rafael Nink de Carvalho	Graduado em Matemática e Informática	M*	http://lattes.cnpq.br/738059087757102
9	Rodiney Marcelo Braga dos Santos	Graduado em Matemática	M	http://lattes.cnpq.br/5342932489671373
10	Ruth Aparecida Viana da Silva	Licenciada em Letras	M*	http://lattes.cnpq.br/0363817850361115

M=Mestrado; M*= Mestrado em andamento; E=Especialização. Todos os docentes trabalham 40 semanais e possuem Dedicção Exclusiva